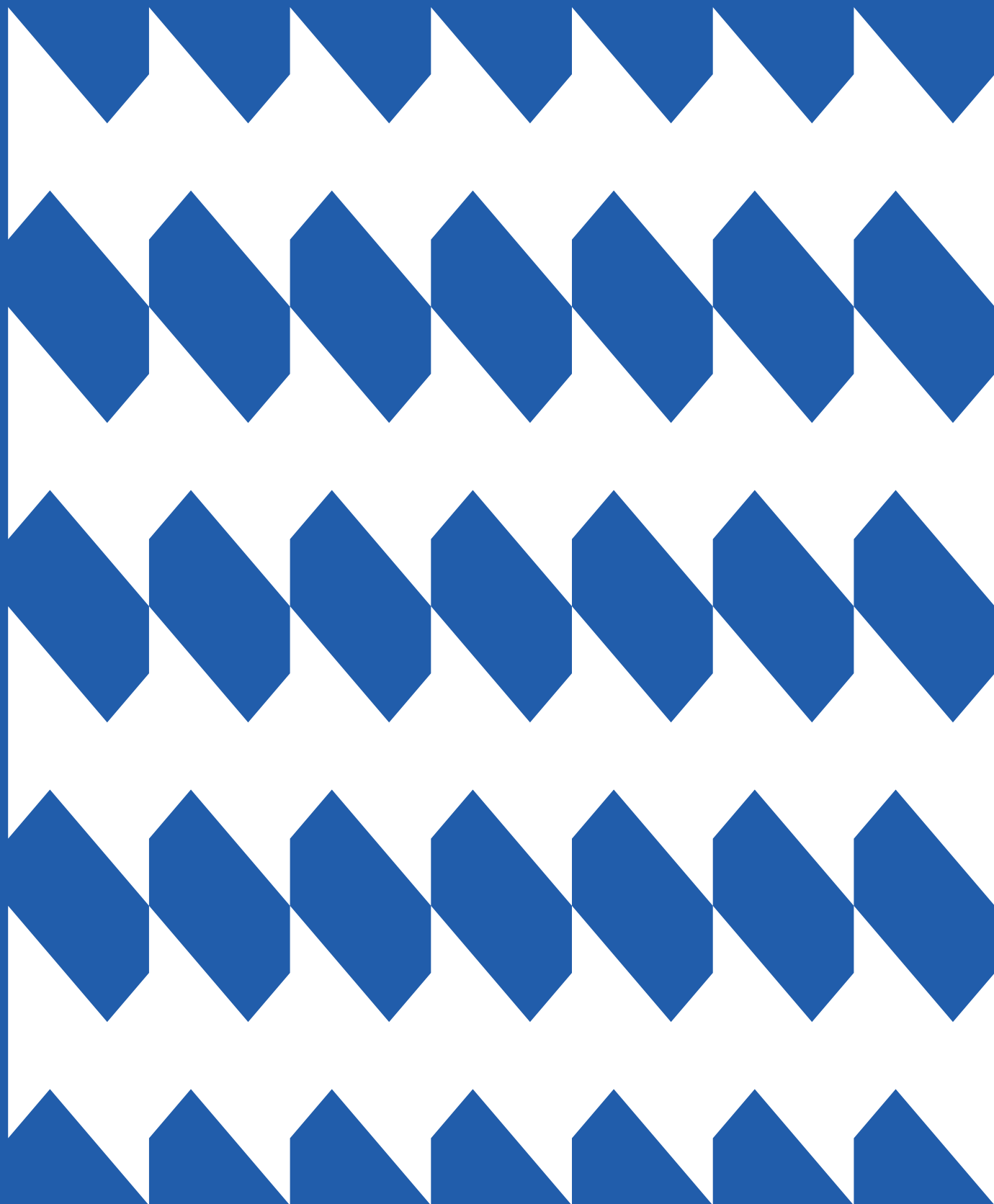


# Bindi





**B.**

**Bindi: cultura, democracia e direito**

uma publicação oficial do insituto norberto bobbio

ano 1 • vol. 1

## conselho editorial

Dr. **Alfonso Ruiz Miguel** Universidad Autónoma de Madrid - Madrid/Espanha; Dr. **Alfredo Attié Jr.** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dr. **Assis Brandão** Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife/PE; Dr. **Celso Campilongo** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dr. **Celso Lafer** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dr. **César Mortari Barreira** Instituto Norberto Bobbio - São Paulo/SP; Dr. **Diego Dantas** Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói/RJ; Dr<sup>a</sup>. **Elza Boiteux** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dra. **Flávia Piovesan** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP; Dr. **Francesco Pallante** Universidade de Turim - Itália; Dr. **Giuseppe Tosi** Universidade Federal da Paraíba - UFPB - João Pessoa/PB; Dr. **José Alcebiades de Oliveira Júnior** URI - Santo Ângelo/RS; Dr. **José Dias** Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Toledo/PR; Dr. **Marcelo de Azevedo Granato** Instituto Norberto Bobbio - São Paulo/SP; Dr. **Marcio Renan Hamel** Universidade de Passo Fundo UPF - Passo Fundo/RS; Dr. **Michelangelo Bovero** - Universidade de Turim, Itália; Dr. **Rafael Salatini de Almeida** Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Marília/SP; Dr. **Roberto Bueno Pinto** Universidade Federal de Uberlândia - UFU - Uberlândia/MG; Dr. **Samuel Antonio Merbach de Oliveira** Universidade Paulista - UNIP - São Paulo/SP; Dra. **Silvia Pimentel** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP - São Paulo/SP; Dr. **Tercio Sampaio Ferraz Júnior** - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dra. **Valentina Pazè** Università degli Studi di Torino - Itália; Dr. **Willis Santiago Guerra Filho** Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro/RJ

## autores desta edição

Dr. **José Dias** Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Toledo/PR; Dr. **Norberto Bobbio** In memoriam; Me. **Reginaldo César Pinheiro** Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Cascavel/PR; Dr. **Philip Pettit** Universidade de Princeton - EUA

## coordenação científica-editorial

Dr. Frederico Diehl ; Dr. César Mortari Barreira; Dr. Marcelo de Azevedo Granato; Ms. Lévio Scattolini; Ms. Carlos Raíces; Esp. Willians Meneses.

## equipe editorial

Coordenação Científica-Editorial

Editores-chefes: Dr. César Mortari Barreira e Dr. Frederico Diehl

Editores-assistentes: Dr. Marcelo de Azevedo Granato, Ms. Lévio Scattolini, Ms. Carlos Raíces e Esp. Willians Meneses

Capa e Diagramação: Victoria Novais

Coordenação Editorial: Willians Meneses

Os colaboradores desta Revista gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e conceitos abordados em seus trabalhos.

Endereço: Avenida São Luiz, 50, Conjunto 22b República - São Paulo/SP - CEP: 01046-926 - Telefone +55 11 31297076

## equipe inb

Presidente Celso de Souza Azzi

Vice-presidente Ary Oswaldo Mattos Filho

Diretor Executivo César Mortari Barreira

Diretor jurídico Marcelo Granato

Coord. Geral Lévio Scattolini Oscar Júnior

Secretário Guido Urizio

Pesquisadora Júlia Albergaria

Coord. Desenvolvimento Mateus Vellardi

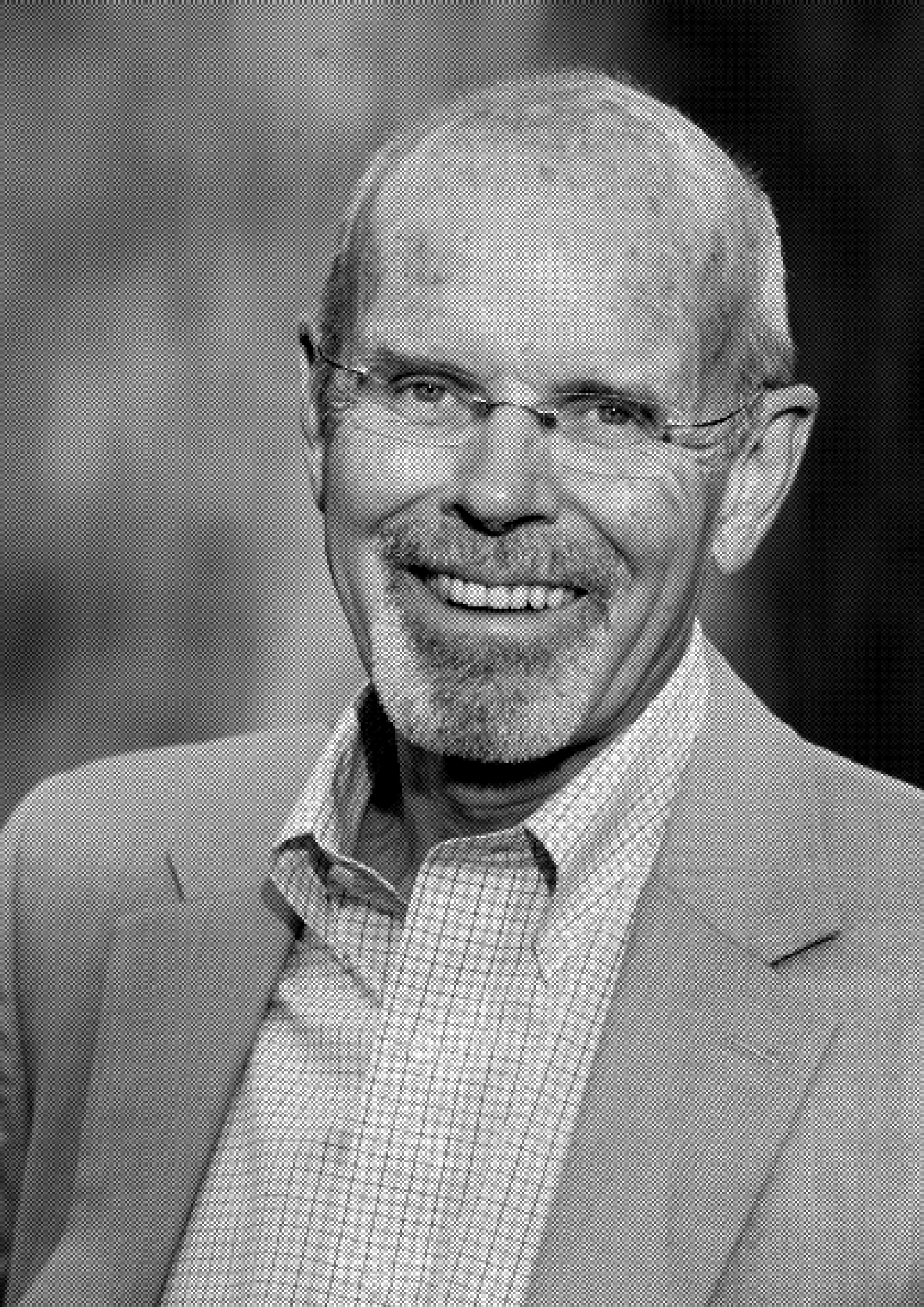
Coord. de Comunicação Victoria Novais

Coord. de projetos Adriana Breda

Coord. editorial Willians Meneses

Gerente Financeira Luana Silva

Gerente Administrativa Kelly Cristina



entrevista por  
Lévio Oscar Scattolini Jr.

Mestre em Teoria e Filosofia  
do Direito pela Universidade  
Estadual do Rio de Janeiro  
(UERJ). Coordenador geral do  
Instituto Norberto Bobbio

[levio@inb.org.br](mailto:levio@inb.org.br)

[ID Lattes: 1187413460217607](#)

[ORCID: 0000-0001-6237-0304](#)

### Philip Pettit

Professor na cadeira de  
Política e Valores Humanos na  
Universidade de Princeton.

A partir de 2013 tornou-se  
professor de filosofia na  
Universidade Nacional da  
Austrália, em Camberra.

Foi nomeado Companheiro  
da Ordem da Austrália em  
2017, membro honorário da  
Academia Real Irlandesa, em  
2010, e Corresponding Fellow  
da Academia Britânica em

2013

# entrevista com Philip Pettit:

sociedade civil, política  
e democracia à luz do  
neorepublicanismo

# interview with Philip Pettit:

civil society, politics and  
democracy in the light of  
neo-republicanism

**entrevista**

---

Palavras-chave

Sociedade civil.  
Democracia.  
Neorepublicanismo.  
Liberdade.

---

Keywords

Civil society.  
Democracy.  
Neorepublicanism.  
Freedom.

## resumo

O professor Philip Pettit foi entrevistado por Lévio Oscar Scattolini Júnior, Coordenador Geral do Instituto Norberto Bobbio, em outubro de 2017, na Universidade de Princeton, em Nova Jersey. A temática de fundo da entrevista foi a origem, o desenvolvimento e atuais desafios da sociedade civil, mobilizando para tanto conceitos e aspectos relacionados ao arsenal teórico do neorepublicanismo.

## abstract

Professor Philip Pettit was interviewed by Lévio Oscar Scattolini Júnior, General Coordinator of the Norberto Bobbio Institute, in October 2017, at Princeton University in New Jersey. The main theme of the interview was the origin, development, and current challenges of civil society, mobilizing concepts and aspects related to the theoretical arsenal of neo republicanism.

**Lévio Scattolini: - Obrigado por nos receber, Professor Philip Pettit. Primeiro, gostaria de perguntar: como a sociedade civil se originou ao redor do mundo? E especificamente nos Estados Unidos da América (EUA)?**

É interessante imaginar como a sociedade política - aquela que possui um Estado -, seria sem a sociedade civil. Ou seja, poderia existir um sistema político anterior à sociedade civil? Para mim, é bastante claro que poderia. Afinal, o feudalismo foi um pouco assim. Lembremos do sistema feudal inglês em torno de 1200. Os barões representavam a elite governante e apoiavam um dos seus iguais como Rei. Além disso, cada barão possuía terras particulares; em um único condado da Inglaterra haviam barões por toda parte. Essas pessoas eram diretamente relacionadas ao rei e tinham deveres com ele, sob o acordo de vassalagem. Mas esta não era a única relação de subordinação existente no feudo: os cavaleiros dos barões subordinavam-se aos barões, assim como os camponeses subordinavam-se aos cavaleiros...

Essa estrutura estratificada e repetitiva corresponde a um tipo de Estado. Há preocupação clara em tratar, pelo menos, de alguns de seus membros como iguais e fora da sociedade política. Nesse contexto, poderíamos nos perguntar: existe uma sociedade civil entre os barões? Para mim, a resposta provável é que sim. Talvez, o processo que resultou na Carta Magna inglesa fosse similar. Afinal, a historiografia da Inglaterra demonstra que os barões desafiaram o Rei João e o exercício de sua realeza monárquica. Assim, no início de 1200, o Rei, sentindo-se pressionado, assinou uma estranha lista de demandas proposta por eles. Presumivelmente, essas demandas representavam um sentimento comum entre os barões, que pretendiam ordenar as relações com o soberano: como deveriam tratar e ser tratados pelo Rei. Tais demandas só foram formuladas porque os barões não se sentiam correspondidos e reconhecidos em suas expectativas. Então, nessa Inglaterra feudal havia uma espécie de micro sociedade civil.

Voltando à sua pergunta, eu diria que a sociedade civil começa a se consolidar quando o número de pessoas tratadas como iguais, sob o julgo da lei, atinge um crescimento expressivo. Tal fenômeno ocorreu por volta do século XVII, quando cerca de 20% da população inglesa havia alcançado essa condição. À medida que avança o século XVIII, um número cada vez maior de indivíduos passam a ser tratados com isonomia. Porém, o curioso é que existiam pessoas desprovidas do direito ao voto, mas que encontravam-se em condição semelhante aos votantes. Isso porque poderiam oferecer petições ao Rei, às vezes assinadas por dezenas de milhares, centenas de milhares de pessoas.

Portanto, estabeleceu-se um regime político peticionário anterior à consolidação de um

amplo regime político-eleitoral. A possibilidade de votar existia, mas apenas para um eleitorado restrito. Nesse momento, votar era um direito apenas dos homens e é notável que as mulheres só foram autorizadas a votar em 1872.

Desse modo, pergunta-se: quando é possível dizer que a sociedade civil começa? Acredito que as considerações de Jurgen Habermas sobre o assunto são pertinentes. Mas, na minha opinião, a marca inicial é: quando começa a ser aceitável, por todos os lados, que existam certos valores e opiniões defendidos pela maioria. Falamos na filosofia em algo como uma consciência comum. Consolida-se a sociedade civil quando a quantidade de pessoas é tão grande que seus membros desconhecem uns aos outros. Certamente, não é uma expectativa de ninguém conhecer todo mundo. Mas, apesar desse “estranhamento”, do anonimato no grupo, existe um conhecimento comum entre eles. Há uma consciência compartilhada de que certos valores são absolutamente aceitáveis por todos e não podem ser desafiados.... E, de fato, existem opiniões aceitáveis por todos e que não podem ser desafiadas. Agora, é claro, a princípio isso pode ocorrer com um conjunto pequeno de valores e coisas, mas é quando esse compartilhamento ocorre que há possibilidade de crescimento. A partir do momento que valores e opiniões são veiculados, abre-se caminho para sua incorporação na consciência comum.

Isto é absolutamente essencial para a sociedade civil. Quando é que ela aparece? Provavelmente no século XVIII. E nos EUA? Acredito que na mesma época. É evidente que o caso norte americano possui especificidades, pois lá as comunidades eram menores, organizadas em diferentes colônias. E talvez a sociedade civil tenha aparecido antes em algumas colônias do que em outras. Em Massachusetts, por exemplo, apareceu no início do século XVIII, devido a duas condições. A primeira é que havia uma grande quantidade de riqueza circulando pelo local, formando áreas comerciais; a segunda é que a riqueza não era distribuída como no sistema feudal, com obrigações irradiando para baixo, para pessoas pobres. Quando grandes centros comerciais são formados, imediatamente obtém-se maior distribuição de riqueza e sentimento de independência. Também é crucial o fato de, nessas condições, mais e mais pessoas saberem ler. A partir do século XVIII, a impressão no papel (que existe desde o século XV) encontra-se amplamente estabelecida, com muitas impressões de panfletos, etc.

Portanto, deixe-me apenas levantar um ponto de interrogação acerca das minhas próprias reivindicações. Acabei de dizer que, para haver sociedade civil, exige-se: i) uma sociedade de estranhos que possuem conhecimento comum; ii) capacidade de leitura; iii), ampla independência financeira. Este último aspecto possivelmente existia mesmo no século XVII, na Inglaterra e na Holanda, nas cidades de Londres e Amsterdam. As pessoas que



lá viviam provavelmente seriam bastante desconhecidas umas para as outras, com uma grande quantidade de anonimato. Isso levanta outra pergunta: em Florença, nos séculos XIV, XV e XVI há algo que possa ser chamado de sociedade civil? Lendo Maquiavel, a forma como ele retrata esses lugares certamente revela que não há um sistema feudal do qual falei anteriormente. Há uma grande quantidade de comércio e material impresso, além de uma boa capacidade de leitura. Existe uma sociedade civil nessas condições? Bem, talvez não tenha tanto anonimato quanto se poderia esperar. Porém, um outro elemento surge: a religião. Caso uma religião seja muito dominante, a ponto de impedir a expressão de ideias contrárias à ela, derruba-se qualquer possibilidade de sociedade civil. A Igreja Católica era assim na Itália? Honestamente, não sei. Em Amsterdã quase certamente não, embora existisse uma corrente extremamente puritana. Mas eles eram bastante tolerantes. Então, o fator religioso é importante pois ele não pode ser praticado sem que haja tolerância. Assim, para que a sociedade civil se constitua, há necessidade de: (i) coisas para dar relevância à opinião comum; (ii) um grau de anonimato entre estranhos; (iii) para isso, provavelmente uma boa quantidade de riqueza espalhada pela sociedade; (iv) capacidade de leitura; e (v) se existe uma igreja dominante, é preciso tolerância.

Nos Estados Unidos, o princípio da tolerância foi inscrito na Constituição desde a Fundação, e creio que este deve ter sido um fator de grande promoção da sociedade civil... as pessoas já não tinham medo de serem condenadas ou perseguidas por suas crenças religiosas. Na Escócia, por exemplo, ocorreu uma mudança importante. Na década de 1690, haviam execuções por blasfêmia no país, o que se tornou impensável em 1750. A tolerância existia, não entre todos os católicos, mas entre protestantes e saxões. Nesse sentido, havia uma sociedade civil próspera. Apontei cinco elementos para a constituição da sociedade civil, porém há ainda um sexto aspecto que devo adicionar. Mas acho que isso está relacionado com a segunda pergunta que você gostaria de fazer...

**Lévio Scattolini: Obrigado, Prof. Pettit. Qual seria, então, a relação da sociedade civil com a política e a economia? Como a sociedade civil atua sobre e influencia essas duas áreas?**

É muito importante haver uma economia próspera que não caminhe em direção à monopolização da riqueza. Também deve haver comércio e indústrias suficientes. No século XVII, por exemplo, enfrentava-se um problema real pois a agricultura exigia muita mão de obra ao mesmo tempo que era tecnicamente subdesenvolvida. Cerca de 80% e 90% das pessoas trabalhavam na área agrícola e, por isso, não tinham muito tempo para aprender a ler e manter o hábito da leitura. É importante lembrar que a maioria dos

agricultores eram pobres e dedicavam-se quase exclusivamente às atividades comerciais.

Retomando a pergunta anterior, o sexto elemento para a constituição da sociedade civil é a política. É sensato falar em sociedade civil somente quando as opiniões públicas passam a ser relevantes para as tomadas de decisões governamentais. Quando essas opiniões começam a representar restrições e pressões para que o governo haja em certa direção, a política se constitui como um sexto elemento crucial.

Nesse contexto, pergunta-se: a sociedade civil age e influencia? Ora, a economia e a política são requisitos para sua existência. Uma coisa é estabelecer sociedade onde há opinião pública. Mas a ideia aqui é de que pessoas possam expressar opiniões e falar sobre assuntos que os demais se escandalizam em aceitar. Isto é parte do mecanismo de crescimento da sociedade civil do qual falei na pergunta anterior.

Nesse tipo de sociedade, a opinião pública evolui. Não é como se houvesse uma ortodoxia imposta à população. As pessoas são livres para dizer o que pensam, mas para isso deve manter-se o respeito. O respeito existe exatamente quando alguém é preparado para ouvir e ser ouvido, com a mente aberta. Você não ouve apenas para forçar alguém a fazer tudo o que você quiser. Quando o respeito é garantido, o vínculo é alimentado de volta para a economia. Então não existirá mais falas como: “eu não faço comércio com mulçumano, ou judeu, ou seja o que for...”. O relacionamento deve ocorrer com respeito, sempre. No século XVIII falava-se sobre um “comércio mais suave”, como se, através das práticas comerciais, o espírito humano fosse amaciado para permitir melhores relações entre pessoas. Como se vê, a sociedade civil e a economia aberta estão vinculadas.

Nota-se que a consolidação da sociedade civil também depende de uma influência potencial sobre a política. Evidentemente, a interação entre sociedade civil e política é bidirecional. Os políticos respondem ao que percebem ser uma “opinião pública” e interpretam o que pensam ser essa “opinião pública”, na tentativa de aceitá-la ou mudá-la. De repente, há um maciço emaranhado entre política e sociedade civil.

Em uma de suas obras, Charles Taylor fala sobre duas concepções da sociedade civil. A primeira associa-se aos raciocínios de John Locke, na qual a sociedade civil existe antes da lei e do Estado. Mas essa não é a posição de Taylor. Para ele, a sociedade civil deve ser compreendida de uma segunda maneira, que associa-se às ideias de Montesquieu. A vinculação ao autor francês é interessante. Seus escritos, que remontam às décadas de 1730 e 1740, expressam a crença no *core oct mediare*, nos órgãos mediadores entre indivíduos e Estado. A opinião pública, fundamental à sociedade civil, prospera nesse mundo montesquiano, um mundo de corpos diferentes, no qual as pessoas pertencem a

guildas, sindicatos, profissões... suas igrejas são variáveis, interagem uns com os outros, encontram ideias comuns sobre coisas... E, então, pronto! As ideias comuns passam a influenciar os governos e, claro, este procura influenciar essas ideias. Assim, trata-se de uma interação bidirecional, um mosaico muito rico.

Eu queria acrescentar uma coisa interessante sobre Montesquieu. Ele passou muito tempo na Inglaterra, no período que escreveu “O espírito das Leis”. Por isso, representa algo que está começando a se tornar pan-europeu, presente em diferentes países da Europa. Ele é intensamente lido na América, antes e depois do surgimento da Constituição dos EUA, em 1787.

**Lévio: - Você poderia indicar os principais problemas e desafios da sociedade civil no mundo atual? Eles são diferentes dos problemas e dos desafios observados quando a sociedade civil é formada?**

Essa é uma questão muito interessante e leva a uma série de conclusões diferentes. Primeiramente, pensemos nas lutas e desafios que existiam enquanto a sociedade civil se formava. Acredito que naquela época sempre houve uma possibilidade de governo repressivo. Vejamos, por exemplo, o caso da Prússia dominada por Frederick Wilhelm, sucessor de Frederico O Grande. Inclusive, os escritos e materiais políticos de Immanuel Kant no final dos anos 1780/90, sob o domínio deste Kaiser, revelam a preocupação com a ameaça autocrática.

Há também o desafio de um reinado de terror “alla francese”, quando cai-se no caos. Algo semelhante é observável na Inglaterra em 1648/1650, quando houve o chamado levellerismo/diggerismo que acarretou uma divisão da população em vários tipos de unidade, provocando o enfrentamento e luta interna na sociedade civil. Esse reinado do terror ocorre na França, entre jacobinos e girondinos. Trata-se de um outro tipo de perigo, certamente presente na época.

Atualmente, existem mais problemas do que esses. Estou realmente preocupado com o que acontece na Rússia, Hungria, Turquia e na Polônia, lugares onde começam a surgir formas autocráticas de democracia. Isto é, elege-se, em conformidade com as leis, um líder que passa a suprimir a sociedade civil - seja por meio da supressão das ONGs (organizações não governamentais) ou das partes não eleitas do governo, como o Judiciário e os meios de comunicação. Tal processo torna as instituições cada vez mais dependentes do governo, o que é uma ameaça real para a sociedade civil. Eu estou realmente preocupado com o que acontecerá, por exemplo, no caso da Rússia. Vladimir Putin condenou as ONGs como agentes estrangeiros, ao dizer que “todas elas são

financiadas pelo exterior, todas representam o inimigo”. Além disso, também persegue os membros do poder Judiciário, ao contestar sua autoridade dizendo que não foram eleitos por ninguém. Donald Trump parece apontar para essa direção.

Dentre os problemas mais contemporâneos, um ponto de destaque é associar esses países ao surgimento do populismo. Quero dizer, o populismo é sempre parece apoiar uma espécie de autocracia, porque as pessoas comuns governam através de um representante cada vez mais autocrata. Mas outros perigos estão presentes em países como o Brasil, Estados Unidos, Irlanda ou Austrália. Nesse momento, prevalecem dois riscos preocupantes para a sociedade civil.

Um, provavelmente o menor, é a produção de mais e mais “notícias de nicho”. Há cerca de quarenta anos, em uma sociedade como os EUA, a Grã Bretanha, Irlanda, Austrália, Canadá e Brasil, provavelmente todos ouviam a mesma notícia de rádio, mesmo quando a televisão chegou, e pensavam na mesma notícia. Os programas de jornal eram semelhantes, relatavam coisas parecidas e de forma parecida. Era uma questão de conhecimento comum: todos liam igualmente, se não o mesmo jornal, jornais que convergiam boa parte de suas notícias. Há quarenta anos atrás, a “padronização” do conteúdo midiático contribuía na criação de uma comunidade, de ideias e opiniões comuns, aceitas por grande parte das pessoas. Isto remete à noção central de sociedade civil.

Agora, o que realmente me preocupa não são propriamente as notícias de nicho. O juiz Scalia, da Suprema Corte Norte Americana, por exemplo, se gabou antes de morrer que nunca lê o *The New York Times* porque é um “ trapo vermelho”. É uma manifestação extraordinária, porque o *New York Times*, o *Los Angeles Times*, *Washington Post* e os jornais universitários são enormes... então, se Scalia não estivesse lendo o *The New York Times*, o que ele lia? E eu duvido que ele leia esses outros jornais, porque são mais ou menos parecidos com o *The New York Times*. Mas o que Scalia anuncia é a possibilidade de escolher seu jornal, as notícias que você gosta. De fato, acho que ele é injusto com o *The New York Times*, já que este possui uma linha editorial bastante clara e diferenciada da linha de reportagem. Na minha opinião, o *The New York Times* é provavelmente o maior jornal do mundo, por sua independência e honestidade. É terrível que apenas um setor da população leia o *Times*.

Quando trabalhei na Inglaterra, na década de 1970, por exemplo, o jornal *Daily Telegraph*, assumidamente de direita, possuía uma seção de notícias totalmente confiável. Qualquer pessoa poderia pegar um *Telegraph* em um trem ou ônibus e confiar que iria se informar

especificamente sobre as notícias do dia. Na época, eu sabia que havia uma linha editorial porque suas intenções à direita eram muito claras, mas a linha de notícias era diferente e não se contaminava pela opinião. Hoje em dia, tudo isso desmorona terrivelmente. O que os jornais, as estações de rádio, os canais de televisão descobriram é que podem se “dar melhor”, maximizarem seu público, ao criarem uma “audiência de nicho”. Na minha opinião isso é realmente preocupante.

O meu envolvimento com a Espanha e com José Luis Rodríguez Zapatero é conhecido. Por exemplo, uma das coisas que eu defendi fortemente no meu livro sobre republicanismo, era que os países deveriam ter uma emissora pública do tipo BBC, financiada pelo governo, mas independente dele. E a primeira coisa que Zapatero fez, quando chegou ao governo, foi construir uma televisão nacional independente. Um dos ministros me disse, antes dessa iniciativa: “se você fosse um ministro e estivesse abrindo um supermercado, algo completamente entediante, bastava conectar alguém da transmissão nacional e dizer que queria estar no principal jornal de notícias para mostrar a abertura do supermercado”. Zapatero acabou com isso. Mas agora, infelizmente, as coisas tomaram outra direção, pois Mariano Rajoy não é esse tipo de pessoa para a sociedade civil. Na verdade, o engraçado é que Zapatero me convidou para uma palestra em Madri, em 2004, logo após ter sido eleito. Eu dizia a ele como é fácil ser filósofo e o quão difícil é ser político: “primeiro ministro, você fez o organismo de radiodifusão nacional independente, o que é ótimo, mas será muito difícil para você não pegar o telefone e reclamar quando descobrir que eles te criticarão daqui a dois anos”. E o interessante é que Zapatero era um homem de princípios e, na minha opinião, muito pouco apreciado. Ele respondeu minha pergunta dizendo que manteria os valores da filosofia republicana, centro da sociedade civil, e me convidaria publicamente para checar, antes das próximas eleições, o quão bem seu governo havia se conformado com estes valores.

Três anos e meio depois, escrevi uma revisão para as próximas eleições. Para Zapatero, havia um compromisso com a emissora pública e creio que temos que nos apoiar nesse tipo de emissora nos dias de hoje, quando não podemos mais confiar nos diversos meios de comunicação privados para garantir objetividade. No passado, foi possível confiar na iniciativa privada porque os meios de comunicação conseguiam verificar a concorrência. Agora, eles nem olham um para o outro, eles simplesmente seguem caminhos separados. Eu acho que é preciso ter uma emissora pública independente, financiada por meio da tributação, mas independente do governo no poder, como é o caso da BBC ou o ABC na Austrália. Também acho que não estamos tão longe do dia no qual os jornais com financiamento público serão necessários. Talvez, jornais como *The Guardian* e o *The*

*New York Times* se estabeleceram internacionalmente com apoio do público local. Seus valores comerciais de sucesso eram “você pode confiar em nós” ou “nós não publicamos notícias falsas”. Antes de tudo, precisamos ter uma emissora pública. Esse é o primeiro dos dois problemas que enfrentamos hoje.

O outro problema é ainda mais grave. Trata-se da mídia digital, as chamadas mídias sociais. Nesse sentido, as coisas estão tão bem estabelecidas quanto é possível nas ciências sociais. Nós todos teremos um rastro no mundo digital, um rastro cibernético, acessível por meio de algoritmos que criam big data. Então, os dados serão capazes de identificar um caractere de personalidade, do que você gosta e não gosta, da afiliação política e assim por diante. Comercialmente falando, isto é incrivelmente útil. Por exemplo, o Facebook, o Google e todos os mecanismos que dependem de anunciantes podem identificar pessoas por meio desses detalhes. Então, os anunciantes podem realizar um “direcionamento de nicho” a fim de serem bem sucedidos. Este é um modelo de negócios que exige um direcionamento, um targeting de indivíduos.

Recentemente aconteceu um fato importante. A *Cambridge Analytica* (uma empresa que usa *big data*) foi, segundo alguns relatos, contratada basicamente pelo lado que apoiava o presidente Donald Trump nas eleições norte-americanas de 2016. Também prestou serviço aos apoiadores do *Brexit* na Grã-Bretanha, disseminando notícias que tiravam as pessoas do sério. Por exemplo, sabemos que na eleição de Trump, indivíduos identificados como democráticos foram bombardeados pela *Cambridge Analytica* com informações manufaturadas. A consequência disso foi uma decepção com o sistema político e, inevitavelmente, a desistência da votação. Por sua vez, um grupo de republicanos, preocupados com a imigração, recebiam ostensivamente dados manipulados sobre a ameaça migratória, além de informação enganosa sobre os democratas. Isso tudo garantia que os republicanos saíam para votar.

Agora, o que é realmente preocupante sobre a eleição americana de 2016 é que parece ter acontecido quase inteiramente de um lado. É verdade que não importaria tanto se acontecesse de todos os lados da política, mas há uma característica disso que poderia realmente comprometer a sociedade civil de forma negativa. Nós não temos nenhum controle sobre a falta de informação que recebemos. Menos ainda sobre quem envia essas mensagens. Por exemplo, posso falar a um republicano sobre coisas que o façam votar em um presidente deste partido. O público e a sociedade civil exigem publicidade, a menos que ela afrente o conhecimento comum compartilhado por todos. Mas o caso de Trump é diferente porque ele não tem travas na língua... a qualquer momento parece externalizar tudo aquilo que vem à sua mente, sem qualquer relação com fatos ou referência anterior!

Isso cria um espectro de mundo na qual a sociedade anônima - em que todos são estranhos uns aos outros - passa a ser setorizada. Somos colocados em silos, isolados uns dos outros. Cada um de nós é alimentado com um tipo de informação por aqueles que buscam o poder, com o objetivo de apoiá-los mais eficientemente. Simplesmente não sabemos mais o que as outras pessoas são, não é mais uma questão de conhecimento comum que “todos sabem”. Exemplificando, todos sabem que há mudanças climáticas acontecendo? Há muitas pessoas aí que podem garantir que não. Minha esposa sentou no avião há cerca de um ano com uma gentil senhorinha. Ela ajudou-a a sentar, colocou a bolsa dela no bagageiro.... num momento, a senhorinha a desafiou: “Você sabe que Michelle Obama é um homem?”. Em seguida, passou a contar que Obama era gay, que as crianças foram todas adotadas, que Obama nasceu na África ou em algum lugar fora da América... E o mais importante é que ela sentia como se estivesse dando um presente à minha esposa, compartilhando essas informações. Quando minha esposa perguntou sobre como ela sabia tantas coisas, ela explicou: “eu sei porque estou nas redes sociais, recebemos todas essas informações e sabemos o que está acontecendo na política”. Obviamente, essa senhorinha nunca vai ler o *New York Times* ou ouvir uma rádio pública ... ela só se sintonizará aos agradáveis sons dessa fonte exclusiva de informação.

Assim, é possível imaginar uma sociedade com essa situação cada vez mais presente em nossas vidas. Não apenas aterrorizante, mas motivo de fim da sociedade civil. Você me perguntou sobre os perigos e são esses os que eu vejo como os dois principais: o nicho das notícias e o engano que as redes sociais podem criar. As pessoas costumavam falar sobre a poluição luminosa, sobre não poder ver estrelas no céu das cidades já que há muita luz ao seu redor. O que sofremos é uma certa “poluição de notícias”, porque há muitas coisas que clamam por serem ouvidas como novidades de última hora. Essa rapidez impede a cobertura de qualquer material responsável. Por exemplo, imediatamente depois do horrível evento em Las Vegas<sup>1</sup>, na semana passada, as mídias sociais proliferaram todas essas notícias de “quem ele era”: um “democrata anti-trump”, uma invenção total! Mas muitas pessoas nunca ouviram uma mensagem contrária. Alguns certamente ainda acreditam que esse é o caso e continuarão acreditando na pressão das informações equivocadas,

---

1. Em outubro de 2017, Stephen Paddock atirou do 32º andar do resort Mandalay Bay contra a multidão que participava de festival de música country, matando mais de 50 pessoas e deixando mais de 500 feridos (<https://exame.com/mundo/tiroteio-em-las-vegas-e-o-mais-violento-da-historia-dos-eua/>). Acesso em: agosto de 2022

pois Trump é o único que vem nos salvando desse tipo de coisa. É realmente assustador, é a morte da sociedade civil. Por isso é absolutamente crucial que a recuperemos e a salvemos.

**Levio: Você explicou os principais perigos para a sociedade civil no mundo de hoje a partir de uma perspectiva política. Eu também gostaria de saber, do ponto de vista econômico, o que o neoliberalismo tem a ver com tudo isso.**

O neoliberalismo se relaciona com tudo o que estamos falando de maneiras diferentes, mas o importante é que ele prega que o governo é o problema e os mercados são a solução. O neoliberalismo baseia-se em uma forma muito confusa de pensar a liberdade, sob a qual devemos ser livres em todas as relações formadas contratualmente. Não importa se o contrato tenha sido firmado sob coação ou alternativas impossíveis. Não importa se você estava morrendo de fome e por isso assumiu um emprego sob qualquer condição. Nada importa, desde que tenha sido livremente contratado.

Nesta imagem, o mercado é o “menino de ouro” e não pode fazer nada errado. Afinal, todas as trocas são feitas com o consentimento das partes e, nessa perspectiva, ninguém está forçando ninguém. O fato de ser forçado pela pobreza ou coação é irrelevante se a pessoa concorda. Então existe esse tipo de liberdade total. Para o neoliberalismo, o governo sempre interfere na vida social para impor diversos tipos de leis, como as de matéria tributária ou que penalizam pessoas ruins com o outro. É claro que o neoliberalismo admite a existência mínima da lei: o Estado opera sempre pela coerção e o mercado nunca pode agir dessa maneira. Nessas condições, o Estado deve ser minimizado o máximo possível a uma rede de segurança para manter o caos, a guerra e as piores formas de pobreza à distância. É isso: mantenha a lei e a ordem e deixe o mercado absolutamente livre para, acima de tudo, irromper no mundo inteiro. Com isso, obtém-se a mobilidade absoluta do capital, dos bens e, idealmente, de pessoas. É claro que esse último aspecto nunca é enfatizado porque não é tão popular politicamente.

Agora, penso que se alguém acredita realmente no neoliberalismo, não vejo porque essa pessoa pensaria que a sociedade civil tem alguma importância. Seria o bastante apenas lidar com o governo, minimizando-o, para deixar que o mercado desenvolva-se livremente para todos os lados, qualquer que fosse o custo do caos. No meu modo de entender, a liberdade é, em primeiro lugar, algo que as pessoas desfrutem. Da mesma forma, você é uma pessoa livre para saborear, se houver, um pequeno número de escolhas para tomar decisões sem ter que implorar ou agradecer a alguém. Você é mais ou menos soberano dentro desse domínio. Nessa perspectiva, a liberdade precisa de uma lei que nos proteja



igualmente numa mesma gama de escolhas. É necessária uma lei que assegure que ninguém está inabilitado de exercer liberdades em virtude da pobreza, ignorância, falta de informação ou representação legal.

Desse ponto de vista, a condição de ser uma pessoa livre deve-se a uma lei que é “socialmente justa”. Aqui, trata-se do senso comum de justiça social. De forma similar, o governo poderia se tornar um perigo nessa compreensão de liberdade, porque tende a ser dominante. É importante se proteger contra essas tentativas. Mas o único meio efetivo de proteção é o controle do governo e o único meio de controlá-lo é fazer parte de uma sociedade democrática. Portanto, no neoliberalismo tudo é mercado e o governo é mínimo. Porém, isto vai corroer a sociedade. Caso exista sociedade civil nesse ambiente, ela será um bônus e não uma necessidade para as coisas funcionarem bem. Por isso não vemos nenhum neoliberal argumentando para se patrocinar, promover, apoiar e financiar a sociedade civil.

Outro aspecto notável do neoliberalismo e do “todo livre” é a obtenção de uma liberdade total das pessoas para fazer as coisas exatamente como quiserem, assim como as corporações. E então, obtém-se liberdade para construir um enorme poder, que é o que as corporações têm agora. Elas se espalharam por todo o mundo e podem jogar os Estados uns contra os outros, porque estes não querem perder uma potencial fonte de emprego. Assim, as corporações podem negociar com os Estados, por exemplo, o imposto sobre as empresas ou condições de trabalho. Elas podem comandar tudo isso e assim se tornarem realmente poderosas, em muitos casos, mais do que os Estados.

Existem duas coisas assustadoras sobre as corporações. Uma é que não mostram absolutamente nenhum sinal de consciência e empatia, são geridas por pessoas cujo único trabalho é fazer o melhor que podem para a corporação. É por isso que são recompensadas. Mesmo a *Volkswagen*, amada no meio e com um passado fantástico, pode enveredar para mais flagrante decepção. Na minha opinião, essas corporações só serão socialmente responsáveis na medida em que exigirmos isso delas por meio de lei ou de seu interesse. Felizmente, às vezes é do interesse das corporações serem socialmente responsáveis, por exemplo quando muitas condenaram a reação de Trump a Charlottesville<sup>2</sup>. Foi de seu interesse

---

2. Em agosto de 2017 supremacistas brancos entraram em confronto com grupos anti racistas durante a realização de uma marcha convocada pela extrema direita na cidade de Charlottesville, na Virgínia (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40913908>. Acesso em: agosto de 2022)

porque as corporações não querem perder os consumidores hispânicos ou afro americanos que, eventualmente, consomem seus produtos. Percebe-se que é de seu interesse não ser racista (o que é uma coisa muito boa), mas não porque têm consciência social, e sim por oportunismo. É possível torná-las socialmente responsáveis por meio da lei, mas não se pode depender delas para serem socialmente responsáveis. É evidente que existem CEOs esclarecidos, eu mesmo estou em um grupo internacional de teóricos e CEOs que se reúnem regularmente. Alguns deles realmente admiro, mas os acho ingênuos. Eles têm uma visão de si mesmos como grandes líderes mundiais com ótimas idéias, mas sempre responderão ao que é exigido para manter seus empregos, isto é, aumentar o valor para o acionista.

As corporações têm poder mas não tem consciência. Gostaria ainda de acrescentar a segunda coisa assustadora sobre as corporações: nelas, não há ninguém responsável. Por isso estão fora de controle. Seus objetivos são maximizar o valor atual dos acionistas, que estão sob as asas dos mercados financeiros. Mas os mercados financeiros também não são um agente, são pessoas diferentes que tentam transferir dinheiro para obter o máximo de lucros, com a ajuda de conselheiros, fundos de auxílio e trustes, que apenas movem globalmente o capital. A indústria, que costumava ser cerca de 20% da economia de qualquer país avançado, é agora cerca de 10% da economia mundial. Seu capital está por aí, procurando sempre melhores retornos. Agora temos as empresas que procuram atrair o capital e farão tudo o que for necessário para isso. Portanto, as corporações são como navios de vela no oceano, não têm nenhum destino para alcançar além do ângulo certo para os ventos soprarem a seu favor. Todas querem apenas o vento dos mercados financeiros para içar suas velas e empurrá-las.

Há duas semanas atrás, em uma conferência em Cambridge, eu falei sobre inteligência artificial e disse: “olhe, a maior preocupação com a inteligência artificial é que haverá um poderoso tipo de agente. A inteligência artificial é totalmente não empática com os seres humanos, sem consciência e está fora de controle, ninguém controla... Mas nós já temos algo semelhante, são as corporações mundiais”. Certamente isso tudo pode acabar de uma forma muito melhor do que a que estou prevendo, mas não acho que seja possível prever com certeza. A menos que os Estados atuem juntos, eles acabarão por desaparecer e se tornarão clientes das corporações. Serão capturados pelo neoliberalismo desde o interior e sua sociedade civil será destruída. Afinal, os políticos costumam ajustar seus posicionamentos para atender às necessidades das corporações. Talvez eu tenha me deixado levar um pouco para longe do tema, mas esse é um perigo real e as pessoas não estão conseguindo perceber plenamente sua seriedade.

**Levio: - Esse é o tipo de pensamento que procuramos para entender e fortalecer a sociedade civil hoje. Mas ainda tenho que perguntar: o que o neo-republicanismo tem a dizer sobre democracia e representação neste espectro?**

Para mim, a liberdade é o único valor pelo qual tudo começa. É isso que interessa para as pessoas, não o que é melhor para as corporações (a não ser que, em última instância, o melhor para as corporações também beneficie as pessoas). Devemos nos perguntar: o que significa ser livre? Significa a existência de uma série de escolhas para as quais você é o próprio soberano e está protegido pela lei para exercer suas próprias preferências. E isto se aplica aos demais que também vivem em sociedade. A lei que te protege é a mesma lei que protege e controla os outros. Mas há de se esclarecer: como controlar a lei? Como assegurar à sociedade que a lei não é apenas politicamente justa? Como a lei garante que as pessoas sejam igualmente livres? Eu gosto de colocar essas questões para motivar as pessoas a se olharem nos olhos sem medo ou deferência.

Acho que é preciso ter leis que a população efetivamente controle de forma igual. Mas, para isso, uma série de coisas são necessárias: exige-se uma democracia eleitoral e o que mais? Exige-se também uma democracia contestatória. Em uma sociedade na qual as pessoas sabem o que está acontecendo, podem contestar decisões na rua, na mídia gratuita e independente, nos tribunais, através de seus representantes no parlamento, por meio da formação de um partido político. Como se vê, a possibilidade de controle depende de um mundo no qual os cidadãos são ativos e vigilantes. A antiga frase cunhada por um republicano irlandês no século XVIII vem a calhar: “o preço da liberdade é a eterna vigilância”<sup>3</sup>. Só é possível assegurar a liberdade das pessoas em uma sociedade se elas estiverem preparadas para “vigiar o governo” .

**Levio: - E como você vê o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) nesse cenário?**

Parece-me que só é possível ter uma cidadania contestadora se existirem ONGs na sociedade. Deve haver uma divisão de “trabalho cívico” entre os grupos especializados. Podem existir ONG’s dedicadas a zelar pelo direito das mulheres, dos prisioneiros, dos consumidores, de um padrão

---

3. A frase acima é atribuída ao orador irlandês John Philpot Curran (1750-1817).

ambiental, etc. Mas é importante que elas existam, que pessoas estejam dispostas a dedicar o seu tempo para desenvolver um conhecimento especializado sobre o que acontece no governo. Assim, é possível pressioná-lo. Através da mídia, de campanhas públicas e partidos políticos, as ONG 's podem ter um impacto real no governo, freando sua tendência dominante. Obviamente tudo isso só é operável dentro do contexto da sociedade civil.

Além do controle eleitoral do governo, deve haver esse controle de contestação por meio de ONGs. Isto só é possível se os eleitos forem verificados por outros órgãos que não são necessariamente compostos por iguais, mas que são eles próprios responsáveis às influências contestatórias da população. Por exemplo, é preciso haver um poder judiciário independente para existir uma democracia, mas nas democracias autocráticas imediatamente questiona-se “quem elegeu esses juízes?”. Na verdade, os juízes estão lá apenas para respaldar a lei, o que é popularmente apoiado ou, pelo menos, não é popularmente rejeitado (mas pode ser). Os juízes são porta-vozes, mas podem ser submetidos ao crivo da opinião pública em relação às opiniões que defendem ou os pontos de vista que sustentam. Assim, tornaram-se responsáveis à sociedade civil, que essencialmente vigia o judiciário.

Além do Poder Judiciário, obviamente, é preciso ter algum tipo de auditoria independente do governo eleito, responsável por conferir suas ações e checar os registros. Também teria que ser confiável e responsiva aos padrões estabelecidos em uma sociedade civil sob uma cultura de contestação. Igualmente, devem haver fontes de informação independentes, sobre movimentos populacionais, imigração e dados econômicos para saber exatamente como o governo atua. Mas tudo isso precisa ser independente do governo.

Na América do Norte, o lar da democracia moderna, encontramos um exemplo trivial. Lá, onde a tecnologia é antiga, não temos uma comissão eleitoral efetiva em grande parte do país, e cada Estado determina as fronteiras distritais entre os Estados eleitorais. Isso significa, obviamente, que fronteiras são construídas para dar mais vantagens ao partido. É uma insanidade. É como deixar a raposa cuidar do galinheiro. Para uma democracia, deve haver governo, mas representantes eleitos do povo não podem determinar os limites sob os quais são eleitos. Simplesmente, não é possível confiá-los essa tarefa; nosso conhecimento da natureza humana deixa isso claro. Portanto, a democracia certamente exige eleições, mas também requer todos esses outros órgãos no governo, nomeados pelos eleitos com orientação e instruções sobre como se comportar, além de apontar as restrições que caem sobre os políticos. E no lado popular, deve haver vontade da parte das pessoas de participar por meio das ONGs e das eleições.

Sobre o Brasil, acho um pouco parecido com a Coreia do Sul. No início deste ano estive na Coreia do Sul e descobri que as pessoas estavam histéricas e se descabelando com o fato do presidente ter sofrido um processo de *impeachment*<sup>4</sup>. Perguntavam-se o que estavam fazendo de errado. Em uma entrevista para um jornal, respondi que este é um grande sinal da saúde da democracia e da república do país, pois existem pesos, medidas suficientes e controles com os quais se pode identificar abusos. Mais importante, os abusos podem ser punidos. Essa é uma autocorreção dentro do sistema, exatamente o que se pretende em uma democracia. Sabemos que a natureza humana será sempre ruim e por isso haverá problemas... nunca nos tornaremos anjos e aqueles que elegemos também não. Mesmo que fossem anjos quando eleitos, as pressões e ofertas são tantas em um governo que rapidamente deixariam de sê-lo. A única esperança é ter um sistema autocorretivo, pois corrigir um erro não é vergonha para a sociedade. É uma razão de vergonha para as pessoas que agiram mal, mas para a sociedade deve ser um motivo de orgulho, porque mostra que algo equivocado, agora, funciona.

Mas, para responder à sua pergunta, o neo-republicanismo contrasta muito profundamente com o neoliberalismo. Para o neoliberalismo, é tudo mercado e o governo deve ser mínimo. Por sua vez, para o neo-republicanismo, deve-se confiar no governo e na lei para criar justiça social e política, de tal modo que os governantes submetam-se ao controle das pessoas através da contestação popular, das ONG 's, etc..

**Levio: - Finalmente, no que você acredita que a sociedade civil deve se concentrar para superar essas ameaças e se fortalecer a longo prazo? Além disso, se você quiser apenas adicionar qualquer comentário final.**

Deixe-me abordar essas questões com maior detalhe. Esbocei a alternativa neo-republicana com algumas das instituições cruciais, e a sociedade civil está realmente no cerne disso. Contudo, há coisas mais específicas que poderíamos tentar fazer imediatamente. Eu já apontei alguns dos problemas enfrentados na sociedade democrática. Mas para sabermos onde corrigi-los, precisamos saber como tudo deveria ser sem eles. Eu também conversei um pouco sobre isso, quando falamos sobre as instituições que devemos ter. No entanto, em um nível mais específico,

---

4. No início de 2017, o presidente Park Geun-hye sofreu um processo de impeachment na Coreia do Sul, em razão da suspeita de seu envolvimento com corrupção. (<https://g1.globo.com/mundo/noticia/tribunal-ratifica-destituicao-da-presidente-da-coreia-do-sul.ghtml>). Acesso em: agosto de 2022

os principais problemas são os nichos de mídia digital, das notícias de nicho. Realmente é preciso lidar com os problemas digitais, pois esse tipo de mídia permite poluição, manipulação de mensagens e, sobretudo, personalização das notícias para um público específico. Ninguém pensa que é um problema. Há liberdade de expressão, mas ninguém sabe quem são aqueles que se pronunciam. Isto é muito ruim porque não há possibilidade de responsabilização de quem está dizendo.

Existe uma proposta que parece ajudar. Na América do Norte, na Austrália, etc. exige-se que as publicações políticas na televisão ou jornal tenham uma assinatura, algo como “essa mensagem é patrocinada por...”. Em seguida, há o nome do partido ou do representante individual. Assim, impede-se o envio de mensagens políticas anonimamente ou sobre uma identidade elusiva. Para cada assinatura haveria uma página mestre disponível na web dizendo: a fundação X envia mensagens variadas para diferentes populações de nicho. Atualmente, as informações sequer são verificadas pela consistência, que é a única forma de checagem fraca (mas pelo menos é uma forma de checagem). Por isso, um controle mínimo deveria ser a consistência da informação.

Infelizmente, esse não pode ser o único controle sobre a verdade, já que é possível dizer consistentemente um conjunto de mentiras. Eu poderia construir uma imagem do mundo absolutamente consistente, mas totalmente imprecisa. É por isso que, no final, temos que ter algum tipo de árbitro ou “não eleitos”. As mídias públicas podem servir para “verificar fatos”. Mas é claro que precisamos ter um verificador de fatos confiável. Quis custodiet ipsos custodes? - quem nos protegerá de nossos protetores - quem nos garantirá a verdade?. Então é necessário existir certos órgãos que tenham uma confiança real da sociedade.

Mais uma vez, retomo o modelo da BBC. Acho que é absolutamente essencial existir meios aceitos por todos os lados. Agora, como conseguir um status como o da BBC? Esse é um dos principais desafios para a maioria das nossas sociedades. Demos ter verificadores de consistência, verificadores de fatos...

**Levio: Apenas como curiosidade... nós temos uma emissora de televisão pública e também uma estação de rádio que são financiadas pelo poder público e confiáveis. Elas se chamam TV Cultura e Rádio USP, mas o problema é que poucas pessoas as vêem ou escutam.**

Se eles são capazes de transmitir verdades gerais, são jóias que vocês têm. Agarrem-se a elas, apoiem-nas!